

A QUESTÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL E A IMPLICAÇÃO NOS CONTEXTOS

Caroline de Abreu Prola*

Juliano Beck Scott**

Resumo: Nas últimas duas décadas observam-se várias mudanças socioeconômicas e culturais no Brasil, sustentadas pelo processo de globalização da economia. Essas mudanças têm um impacto na dinâmica e estrutura familiar, nas organizações dos grupos sociais e consequentemente na subjetividade do sujeito inserido neste contexto. A situação econômica do país que gera desigualdades sociais, em consonância com as políticas de Assistência Social e os Programas de benefícios do governo vêm a celebrar a conceituação de uma parcela da população como vulnerável socialmente. A proposta deste trabalho é realizar uma pontual revisão da literatura do conceito de vulnerabilidade social e as possíveis implicações desta conceituação no sujeito e seus contextos.

Palavras-chave: Educação humanizadora. Vulnerabilidade social. Pobreza.

Introdução

Nas últimas duas décadas observam-se várias mudanças socioeconômicas e culturais no Brasil, sustentadas pelo processo de globalização da economia e estas mudanças têm um impacto na dinâmica e estrutura familiar, nas organizações dos grupos sociais e consequentemente na subjetividade do sujeito inserido neste contexto. Gomes e Pereira (2005) já apontavam que era um fato a crise do Estado, resultado da adversidade que o país tem em acompanhar o desenvolvimento do novo cenário econômico internacional, tornando-o incapaz de garantir o crescimento econômico e solucionar questões sociais. A vida de grande parte da população no Brasil é um espelho desta crise, a qual é atingida diretamente pela ineficácia ou inexistência de políticas públicas: Como o caos da saúde pública; as escolas públicas funcionando com ausência ou poucos recursos, com professores mal remunerados; famílias desassistidas, com moradias sem saneamento básico e sem o mínimo que garanta o

* Psicóloga dos Centros Sociais da Sociedade Vicente Pallotti, Mestranda no PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: carolprolla@yahoo.com.br

** Psicólogo, Mestrando no PPG em Psicologia Universidade Federal de Santa Maria.

direito de condições de uma vida. São milhares de crianças e adolescentes que buscam nas ruas sua sobrevivência e, em alguns casos da sua família, como resultado da ineficácia dos programas de assistência social e das outras tantas barreiras sociais que estes sujeitos vão acumulando ao longo da sua história.

A situação econômica do país que gera desigualdades sociais, em consonância com as políticas de Assistência Social e os Programas de benefícios do governo vêm a celebrar a conceituação de uma parcela da população como vulnerável socialmente. Os critérios econômicos e sociais que definem a vulnerabilidade social reforçam o impacto subjetivo de inferiorização de uma parcela da população que passa a ter sua inscrição social nesta definição. A temática vulnerabilidade social tem adentrado em contextos que foram além do emprego deste em práticas assistenciais ou em intervenções de equipes técnica instrumentadas para auxiliar famílias. Atualmente é possível perceber que o termo vulnerabilidade social tem adentrado todos os contextos, inclusive os espaços educativos. Uma vez os sujeitos, sejam crianças, adultos ou famílias, ditos vulneráveis socialmente passam a carregar consigo a inscrição social de minoria, excluído ou com menos condições de produzir, adquirir conhecimentos e conquistas pessoais.

A proposta deste trabalho é realizar uma revisão da literatura do conceito de vulnerabilidade social e as possíveis implicações desta conceituação no sujeito e seus contextos.

1 Desenvolvimento

O termo vulnerabilidade já assumiu várias conotações, dentre essas, designando grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos. O vulnerável carrega, nesse sentido, a ideia do mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos (AYRES Et al., 2009; FIGUEIREDO; NORONHA, 2008).

No entanto, anterior ao conceito de vulnerabilidade social, o termo exclusão social foi amplamente empregado na definição de situações sociais como pobreza e marginalidade (LOPES, 2008). Diferentemente do que muitos pensam, o conceito de exclusão social, embora relacionado, não deve ser concebido como um sinônimo de pobreza. O termo

“pobreza” faz parte de um fenômeno econômico integrante de uma relação direta entre capital e trabalho. Já a exclusão social, por sua vez, pode ser entendida como parte das relações sociais do contemporâneo, expressas através da precarização do trabalho, desqualificação social, desagregação identitária e desumanização do outro. Isso ocorre de uma forma que “nos processos de exclusão produzidos no mundo neoliberal, mais que controlar ou negar o acesso ao trabalho ou ao consumo, controla e nega a própria condição de sujeitividade do indivíduo” (LOPES, 2008, p. 357). Portanto, conforme Castro e Abromavay (2002), a partir de uma lógica de mercado e de capital social, vulneráveis seriam aqueles que se encontram fora do sistema.

Logo, entende-se que os fatores sociais e econômicos atuam em consonância nas relações entre os sujeitos, os processos de exclusão, a oferta ou a escassez de oportunidades, perpassam as condições econômicas de uma população e talvez mais que isto, o que se entende e como se relacionam as pessoas com as condições de cada um. As condições socioeconômicas e a subjetividade constituem uma relação que merece atenção.

Neste sentido, a pobreza está entre os eventos estressores do desenvolvimento infantil elencado com o divórcio dos pais, abuso sexual/físico contra a criança e o adolescente, guerras e outras formas de trauma. Estes eventos podem provocar consequências adversas à saúde e ao bem-estar social e psicológico de crianças e adolescentes, no entanto faz-se importante examinar a relação das pessoas com os eventos estressores. A relação passa por distintos graus de ocorrência, intensidade, frequência, duração e severidade. O impacto dos eventos estressores é determinado pela forma como eles ocorrem, mas também como são percebidos (POLETTI; KOLLER; DELL’AGLIO, 2009).

A relação do sujeito com a pobreza e a forma como as pessoas percebem esta relação e as consequentes desigualdades sociais podem levar a falta de um projeto de vida que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impondo uma luta desigual de estrutura de poder. O resultado das desigualdades sociais desenha um quadro em que as expectativas de superação desse estado de pobreza cedem espaço para a submissão aos serviços públicos existentes. As consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação que pode apresentar-se inicialmente temporária, pode se estabelecer como uma realidade, à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, tornando o retorno dessas crianças ao convívio sócio-familiar cada vez mais distante. Percebe-se que para essa família, a perda ou rompimento dos vínculos produz sofrimento e leva o

indivíduo a descrença de si mesmo, tornando-o frágil e com baixa auto-estima (GOMES; PEREIRA, 2005).

Uma das estratégias para se manejar os reflexos das desigualdades sociais nos sujeitos se dá no processo de educar, entendendo que educar é transmitir valores, porém o grande desafio da educação é inserir os valores comuns de uma cultura no projeto de liberdade de cada um. A tarefa é complexa, uma vez que se busca o equilíbrio da liberdade individual inserido em um contexto de socialização. “A primazia da educação sobre a individuação não se justifica se não ocorrer o movimento inverso, ou seja, se não se permitir a cada um, em harmonia com seu juízo moral, desenvolver seu próprio projeto de liberdade” (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2009, p.691). Esta proposta se sustenta uma vez que ao invés de manter o foco no risco, busca um recurso para a melhoria da qualidade de vida, almejando gerar oportunidades para que os jovens possam viver de acordo com as alternativas escolhidas. Desta forma pretende-se através da educação oferecer aos jovens condições e alternativas melhores para construírem seus caminhos em direção ao bem-estar físico, psíquico e social, o que fortalece não só sua autonomia, mas também as formas de participação social (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2009).

O conceito de vulnerabilidade social pode aparecer sob um outro formato que, conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), não está, necessariamente, ligado a pobreza ou questões econômicas. As próprias características do Estado interferem nessa definição, pois as desigualdades características de uma dada estrutura social interferem no grau de vulnerabilidade dos grupos a ela pertencentes. Isso faria com que a vulnerabilidade surgisse a partir de um resultado negativo entre a “disponibilidade de recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que preveem do Estado, do mercado e da sociedade” (FIGUEIREDO; NORONHA, 2008, p. 131). Isso explicaria muitas das dificuldades enfrentadas por uma grande parcela da população brasileira quanto ao desempenho e à mobilidade social. Entenda-se aqui desempenho e mobilidade social como a dificuldade encontrada por determinadas parcelas populacionais em ascender de posição social ou até mesmo melhorar sua qualidade de vida frente às dificuldades enfrentadas.

2 Resultados

Com base nas reflexões acerca da temática vulnerabilidade social entende-se que conforme Pedersen e Silva (2013), a vulnerabilidade social extrapola a dimensão material, ou seja, a falta de recursos financeiros, devendo ser analisada a partir da inter-relação entre os diversos fatores que compõe a estrutura social. Logo, a vulnerabilidade social perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso ou dispõe e as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar.

A partir da pesquisa bibliográfica pode-se inferir que houveram diferentes definições para o conceito de vulnerabilidade social, sendo possível perceber a evolução histórica na medida em que foi sendo considerada a relação das condições socioeconômicas, a subjetividade do sujeito e a correlação destes fatores na sociedade.

Entende-se que uma das estratégias para se manejar os reflexos das desigualdades sociais nos sujeitos se dá no espaço de educar, considerando a educação como processo de transmissão de valores e assim torna-se um agente potencializador de mudanças individuais e sociais.

Referências

AYRES, J. R. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia, D. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BRASIL (2004). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: DF.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, 116, 143-173, 2002.

FIGUEIREDO, I.; NORONHA, R. L. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, 4, 129-146, 2008.

GOMES, M. A., PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: Uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (2), 357-363, 2005.

LOPES, J. R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, 21(53), 349-363, 2008.

MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI. Valores positivos e desenvolvimento adolescente: perfil de jovens paulistanos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 14, 689-698, 2009.

POLLETO, M.; KOLLER, S.H., DELL'AGLIO, D.D. Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2), 455-466, 2009.